

## **DECRETO Nº 29.080, DE 09 DE SETEMBRO DE 2009**

*“Regulamenta os artigos 94, 116, 118, 120 e 122 além de outros dispositivos correlacionados da Lei Complementar n.º 136, de 29 de dezembro de 2006, disciplinando a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, a Declaração Eletrônica de Prestadores e Tomadores de Serviços e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação dos artigos 94, 116, 118, 120 e 122, além de outros dispositivos correlacionados, da Lei Complementar n.º 136, de 29 de dezembro de 2006;

**CONSIDERANDO** que o Poder Público, sempre que possível, deve adotar medidas tendentes à simplificação da ordem tributária, promovendo, inclusive, a redução de custos no cumprimento das obrigações fiscais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação pela Administração Fazendária, de mecanismos de controle mais eficazes no combate à evasão fiscal;

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito do Município de Anápolis, o sistema eletrônico de gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para controle e acompanhamento da arrecadação do tributo.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, fica aprovado o programa gerenciador de:

- I** – Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, emitida através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;
- II** - Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica – NFSA-e, emitida através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;
- III** - Recibo Provisório de Serviço – RPS;
- III** - Declaração Eletrônica de Serviços - DES;
- IV** - Declaração Eletrônica do Responsável Tributário - DERT.

## **CAPÍTULO I**

### **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e**

**Art. 2º.** Fica instituída, nos termos do Código Tributário e de Rendas do Município de Anápolis – CTRMA, Lei Complementar nº 136, de 28 de dezembro de 2006, para o registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e.

§ 1º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e será o documento fiscal hábil permitido para o registro de todas as operações que envolvam a prestação de serviços no âmbito municipal, sendo opcional, tão somente, sua assinatura com certificado digital.

§ 2º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e será, obrigatoriamente, utilizada por todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inscritos no Cadastro de Atividade Econômica - CAE do Município de Anápolis, assim determinados individualmente ou por grupo(s) de atividade(s), segundo critérios fiscais que interessem à administração tributária, e disciplinados por ato administrativo próprio do Secretário Municipal da Fazenda.

§ 3º. As pessoas jurídicas obrigadas à emissão de NFS-e, nos termos do parágrafo § 2º, deverão devolver as notas fiscais antigas impressas não utilizadas imediatamente após a realização do recadastramento, ao setor da fiscalização tributária, mediante processo administrativo próprio, para fins de incineração e comprovação da devolução.

§ 4º. O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior ensejara na aplicação das penalidades previstas no CTRMA, ficando expressamente proibido a utilização dos referidos documentos fiscais a serem devolvidos.

§ 5º. O Contribuinte que estive desobrigado a utilizar a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá optar por utilizá-la a qualquer tempo, desde que, atenda ao procedimento do disposto no § 3º deste artigo.

**Art. 3º -** O contribuinte obrigado a utilizar a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, não poderá emitir outros modelos de documentos para o registro das operações com incidência do ISS – Imposto Sobre Serviços, **salvo, com prévia autorização do fisco municipal, através de despacho fundamentado.**

**Art. 4º.** O meio de acesso para o sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas disciplinadas por este regulamento será através da internet pelo endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis), mediante acesso liberado pela Secretaria Municipal da Fazenda. .

**Art. 5º.** A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser impressa em quantas vias forem necessárias, a critério do emitente, podendo ainda ser enviado o endereço eletrônico referente a mesma ao tomador de serviços por e-mail, devendo ser certificada a validade do documento pelo tomador de serviços através do endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis).

§ 1º. Para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é obrigatória a identificação do tomador de serviços, independentemente do ISS estar ou não sujeito à retenção nos termos do art. 101 da Lei Complementar 136, de 28 de dezembro de 2006.

§ 2º. As operações efetuadas através do sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e ficam dispensadas de registro e apresentação na Declaração Eletrônica de Serviços – DES.

**Art. 6º.** As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e poderão ser consultadas através do endereço eletrônico oficial do Município de Anápolis [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis).

**Art. 7º.** A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada antes do pagamento do imposto, nos termos disciplinados pela administração tributária municipal, cujo roteiro estará disponível no site [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis).

Parágrafo único. Após o pagamento do imposto correlato, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e somente poderá ser cancelada, mediante processo administrativo regular, que conterà todas as justificativas comprobatórias do cancelamento, acompanhada de uma via da NFS-e emitida, como também de todas as vias do RPS cancelado, se houver.

**Art. 8º.** Para fins do disposto neste capítulo, fica aprovado o modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, conforme Anexo I, com as seguintes informações:

**I -** Brasão e dados do Município de Anápolis;

**II –** Denominação: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e;

**III –** Identificação da Nota Fiscal contendo:

- a) Natureza da Operação;
- b) Data e hora da emissão;
- c) Código de verificação;
- d) Número da nota;
- e) Número do RPS;
- f) Série do RPS;

**IV -** Identificação do prestador de serviços, contendo:

- a) CPF/CNPJ;
- b) Inscrição Municipal;
- c) Razão social;
- d) Nome fantasia;
- e) Endereço;
- f) Telefone;
- g) E-mail.

**V -** Identificação do tomador de serviços, com:

- a) CPF/CNPJ;
- b) Inscrição Municipal;
- c) Razão social;
- d) Nome fantasia;
- e) Endereço;
- f) Telefone;
- g) E-mail.

**VI –** Discriminação dos serviços detalhada por tipo, preço unitário, quantidade e valor total;

**VII –** Dados para apuração do ISS, com :

- a) Identificação da atividade no Município;
- b) Alíquota;
- c) Identificação do serviço prestado no respectivo item do Anexo XI da LC. 136/2006;



**Prefeitura Municipal de Anápolis**  
**- Estado de Goiás -**

- d) Identificação do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE;
- e) Valor Total dos Serviços;
- f) Desconto Condicionado, se houver;
- g) Desconto Incondicionado, se houver;
- h) Valor da dedução na base de cálculo, se houver, nos termos da Lei;
- i) Base de cálculo;
- j) Total do ISS devido;
- k) Indicação positiva ou negativa do ISS Retido;

**VIII – Valores das retenções de impostos, se houver:**

- a) PIS;
- b) COFINS;
- c) INSS;
- d) IRRF;
- e) CSLL;
- f) ISS;
- g) Outras retenções.

**IX – Valor líquido da nota.**

**X – Informações Adicionais, se houver.**

**Art. 9º -** A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser emitida através da integração entre o sistema de emissão de notas fiscais de serviço utilizado pelo contribuinte e o sistema de emissão disponibilizado pelo Município.

**§ 1º-** O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico: [www1.receita.fazenda.gov.br](http://www1.receita.fazenda.gov.br).

**§ 2º -** Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

**I -** Recepção e Processamento de Lote de RPS;

**II -** Consulta de Situação de Lote de RPS;

**III -** Consulta de NFS-e por RPS;

**IV -** Consulta de Lote de RPS;

**V -** Consulta de NFS-e;

**VI -** Cancelamento de NFS-e.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica**

**Art. 10.** A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica poderá ser utilizada por todo contribuinte, pessoa física ou jurídica, ainda não inscrito no Cadastro de Atividades Econômicas – CAE – do Município, que de forma eventual e esporádica, preste serviços sujeitos à incidência do ISS, limitado-se à utilização em 06 (seis) notas fiscais de serviço avulsa eletrônica para pessoas físicas, e 12 (doze) notas fiscais de serviço avulsa eletrônica para pessoas jurídicas, por ano.

§1º. O tomador do serviço que receber Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, poderá certificar a validade da mesma através do endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis).

§ 2º. A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica deverá ser feita na Secretaria Municipal da Fazenda ou através do endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis), este último mediante liberação de acesso previamente fornecida pelo Fisco Municipal.

§ 3º. Os pedidos de Notas Fiscais de Serviços Avulsas Eletrônicas só serão autorizados mediante apresentação dos originais dos documentos de identificação do requerente ou seu representante legal, e nesta última hipótese, deverá ser apresentado ainda o documento hábil para a representatividade.

**Art. 11.** A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica emitida estará disponível e poderá ser consultada no sistema.

**Art. 12.** A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica só será fornecida com o preenchimento de todos os campos obrigatórios e disciplinados por norma municipal.

**Art. 13.** A disponibilização ou fornecimento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica fica condicionada ao prévio recolhimento do ISS correlato e a regular compensação da guia referente.

**Parágrafo único.** A guia para o recolhimento do ISS previsto no caput será disponibilizada no ato da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

**Art. 14.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada poderá ser aproveitado, por processo de compensação, ou restituído, por processo administrativo de restituição.

§ 1º. O contribuinte poderá requerer compensação quando o ISS relativo à nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica for igual ou maior que o ISS da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

§ 2º. Quando o ISS referente à nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica for maior do que o ISS a ser compensado, emitir-se-á guia complementar somente da diferença a ser recolhida pelo contribuinte.

§ 3º. O contribuinte poderá requerer restituição quando não tenha interesse na compensação, devendo o tributo ser restituído, por meio de despacho fundamentado da Diretoria da Receita.

**Art. 15.** O cancelamento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica poderá ser feito antes do recolhimento do imposto devido, pelo próprio contribuinte pelo endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis) ou diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda.

### **CAPÍTULO III**

#### **Recibo Provisório de Serviço - RPS**

**Art. 16.** No caso de impedimento temporário da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, o prestador de serviço emitirá Recibo Provisório de Serviço - RPS, em meio físico, que deverá ser substituído pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados de sua emissão.

§ 1º. O contribuinte deverá manter uma via dos Recibos Provisório de Serviços - RPS emitidos, até que tenha transcorrido o prazo de cinco anos, na forma da lei.

§ 2º. O prazo previsto no “*caput*” deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não útil transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviço - RPS perderá a validade.

§ 3º. A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, ou a substituição fora do prazo estabelecido sujeitará o prestador de serviço às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 4º. A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, equipara-se a não emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviço, para efeito da aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 17.** Para fins do disposto no artigo anterior, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviço – RPS, conforme Anexo II deste regulamento, o qual deverá ser confeccionado no mínimo em 02 (duas) vias, mediante prévia autorização do Fisco Municipal por Autorização de Impressão de Documento Fiscal (AIDF), devendo a 1ª (primeira) via ser entregue ao tomador do serviço e a 2ª (segunda) via constará anexa ao bloco de recibos.

**Parágrafo único** - Havendo indício ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, serão aplicadas as sanções previstas na legislação em vigor.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Declaração Eletrônica de Serviços**

**Art. 18.** Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços – DES, cuja apresentação será obrigatória para todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inscritas no Cadastro de Atividade Econômica – CAE – deste Município, na forma, no prazo e nas demais condições estabelecidas por ato administrativo do Secretário Municipal da Fazenda.

**Parágrafo único** - A Prefeitura poderá dispensar da DES determinados contribuintes, individualmente ou por grupo(s) de atividade(s), segundo critérios fiscais que interessem à

administração tributária, e disciplinados por ato administrativo próprio do Secretário Municipal da Fazenda.

**Art. 19.** A DES consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes dos serviços prestados ou tomados, mediante sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente:

- I** - às Notas Fiscais emitidas;
- II** - às Notas Fiscais canceladas ou anuladas;
- III** - às Notas Fiscais extravias;
- IV** - às Notas Fiscais vencidas e não emitidas;
- V** - aos Cupons Fiscais;
- VI** - às Notas Fiscais, aos recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;
- VII** - aos valores do ISS referentes ao movimento econômico, e retido na condição de Substituto ou Responsável Tributário;
- VIII** - à ausência de movimento econômico, quando for o caso;
- IX** - à movimentação econômica para as empresas que executam as atividades de intermediação financeira, administração de cartões de crédito, administração de consórcio e educação;

§ 1º. A declaração eletrônica será devida, mensalmente, e sua apresentação se fará até a data prevista no calendário fiscal para o pagamento do ISS faturado ou retido referente a cada mês de apuração, através de programa específico acessível pelo endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis);

§ 2º. A Declaração Eletrônica de Serviço – DES – apresentada nos termos do parágrafo anterior, se for o caso, poderá ser retificada, antes do início de qualquer ação fiscal, através do programa específico acessível pelo endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis);

§ 3º. Se forem apurados saldos de impostos a pagar, pela retificação de qualquer DES ou declaração entregue fora do prazo regulamentar, cujo pagamento se fará através de guia própria, liberada pelo programa aplicativo acessível pelo endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis);

§ 4º. Os pagamentos em atraso de qualquer imposto apurado nos termos do parágrafo anterior, sofrerão os acréscimos legais vigentes, com relação à multa, juros e correção monetária;

§ 5º. Para os efeitos de aplicação da denúncia espontânea nos termos do art. 293, do CTRMA, o recolhimento do imposto apurado nos termos do § 3º deverão ser recolhidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias tanto para pagamento à vista quanto para o pagamento da primeira parcela no caso em que o contribuinte optar pelo parcelamento.

§ 6º. A veracidade dos dados declarados é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, ficando sujeita à posterior homologação fiscal.

§ 7º. A escrituração fiscal do ISS através da DES substitui a escrituração de livros físicos.



## **CAPÍTULO V**

### **Da Declaração Eletrônica das Instituições Financeiras**

**Art. 20** As instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de dezembro de 1964, ficam obrigadas a preencher a Declaração Eletrônica de Serviços – DES escrituração eletrônica dos serviços prestados e tomados com incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS instrumento que registra, por competência, a escrituração da movimentação fiscal referente aos serviços prestados, no módulo denominado Declaração de Instituição Financeira.

**Parágrafo Único.** As disposições deste artigo não excluem a obrigação das instituições financeiras na condição de tomadoras de serviços, de providenciar a escrituração dos serviços tomados na forma prevista para os demais responsáveis tributários.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Declaração Eletrônica do Responsável Tributário - DERT**

**Art. 21.** São responsáveis tributários pela retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, nos termos do art. 101 e seguintes da Lei Complementar nº 136, 28 de dezembro de 2006, as pessoas jurídicas ou entidades de direito público ou privado, vinculadas ao fato gerador do imposto, na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediária.

**§ 1º.** O valor do imposto a ser retido pelo responsável tributário será calculado pela aplicação da alíquota prevista no art. 89 da Lei Complementar Municipal nº 136, de 28 de dezembro de 2006, sobre o preço do serviço, respeitadas as deduções previstas no art. 81 e seguintes do CTRMA – Código Tributário e de Rendas do Município de Anápolis.

**§ 2º.** A retenção deverá ocorrer, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal até a data prevista no calendário fiscal, através de guia de recolhimento emitida pelo sistema informatizado, vedado o depósito em conta-corrente da Prefeitura.

**§ 3º.** O responsável tributário, a que se refere este artigo, fornecerá ao prestador de serviços, recibo da retenção promovida.

**Art. 22.** Os tomadores e/ou intermediários de serviços, nomeados através ato administrativo próprio do Secretário Municipal da Fazenda, deverão realizar através do sistema eletrônico, dentro das datas previstas no calendário fiscal, as Declarações Eletrônicas dos Responsáveis Tributários - DERT dos serviços contratados mesmo que seja a Declaração de Não Movimento.

**Parágrafo único.** A forma e os campos de preenchimento obrigatório constantes na DERT serão disciplinados por ato do Secretário Municipal da Fazenda.



**Art. 23.** Nos termos da Lei Complementar nº 136, de 28 de dezembro de 2006, mesmo entidades imunes ou isentas são obrigadas ao cumprimento do disposto no artigo anterior, sujeitar-se-ão ao estabelecido sob pena das sanções cabíveis.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da apuração e do Pagamento do ISS**

**Art. 24.** A apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza far-se-á mensalmente, devendo o recolhimento do imposto ser efetuado no mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, inclusive quando se tratar de imposto devido por efeito da retenção, nos prazos limites estabelecidos no Calendário Fiscal.

**§1º** O recolhimento far-se-á através da guia de recolhimento própria, emitida pelo próprio contribuinte, via sistema informatizado disponibilizado no endereço eletrônico [www.issnetonline.com.br/anapolis](http://www.issnetonline.com.br/anapolis), ou nos postos de atendimento da Prefeitura Municipal de Anápolis.

**§2º.** O recolhimento da(s) guia(s) far-se-á somente nos agentes arrecadadores credenciados pela administração tributária.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Disposições Gerais**

**Art. 25.** Todos os contribuintes, inscritos no Cadastro de Atividades Econômicas - CAE, ficam obrigados a proceder à atualização cadastral por meio do recadastramento, na forma e nos os prazos estabelecidos por ato do Secretário Municipal da Fazenda, podendo esta se dar diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 26.** Após o período de recadastramento qualquer alteração cadastral deverá ser encaminhada à Gerência de Cadastro da Receita Municipal, na forma estabelecida por ato do Secretário Municipal da Fazenda.

**Art. 27.** A falta de atualização cadastral no prazo estabelecido no art. 25, ensejará a imediata suspensão do cadastro do contribuinte, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), e após a dilação deste prazo será automaticamente cancelado o registro cadastral.

**§ 1º.** Após a suspensão do cadastro do contribuinte, este poderá promover a atualização cadastral (recadastramento) diretamente no setor de Cadastro de Atividades Econômicas - CAE da Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 2º.** Após o cancelamento do cadastro do contribuinte, não será permitido a promoção da atualização cadastral (recadastramento), devendo o contribuinte, se for o caso, requerer nova inscrição municipal.



*Prefeitura Municipal de Anápolis*  
*- Estado de Goiás -*

**Art. 28.** As infrações resultantes do não cumprimento das disposições constantes neste Decreto serão punidas com a aplicação das multas definidas na legislação municipal.

**Art. 29.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anápolis - GO, 09 de setembro de 2009.

*Documento original assinado*  
***Antônio Roberto Otoni Gomide***  
PREFEITO MUNICIPAL

*Documento original assinado*  
***José Roberto Mazon***  
SECRETÁRIO DA FAZENDA MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal de Anápolis**  
- Estado de Goiás -

**Anexo I**  
**Modelo de Nota Fiscal Eletrônica**

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS</b> <b>Secretaria Municipal da Fazenda</b> Fone (00) 0000-0000 • Home-Page: <a href="http://www.anapolis.go.gov.br">www.anapolis.go.gov.br</a>	<b>Nota Fiscal</b> <b>ELETRÔNICA</b>	Série do Documento  <b>Nota Fiscal de</b> <b>Serviços Eletrônica</b>
--	---	---

**Identificação da Nota Fiscal**

Natureza da Operação	Data de Emissão da NFS-e	Código de Verificação de Autenticidade	<b>999.999.999</b>
Número da RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="http://www.issnetonline.com.br">www.issnetonline.com.br</a>			

**Dados do Prestador**

CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social				
Nome Fantasia		Endereço	Número	Complemento	Bairro	
CEP	Cidade/Estado	Telefone	E-mail			

**Dados do Tomador**

CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social			
Nome Fantasia		Endereço	Número	Complemento	Bairro
CEP	Cidade/Estado	Telefone	E-mail		

**Descrição dos Serviços**

--	--	--	--	--	--

**Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN**

Atividade do Município	Aliquota	Item da LC116/2003	Cód. Nacional Atividade Econômica		
Valor Total dos Serviços	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	Deduções da base de cálculo	Total do ISSQN	ISSQN Retido

**Retenções de Impostos**

PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras Retenções	ISSQN Subst. Trib.
-----	--------	------	----	------	------------------	--------------------

**Valor Líquido da Nota Fiscal**

<b>R\$</b>
------------

**Informações Complementares**

--

**Mensagens**

--

Este documento não é válido como nota fiscal de serviços, mas apenas como recibo provisório e deverá obrigatoriamente ser convertido em nota eletrônica no prazo máximo de 10 dias, conforme decreto xxx/xxxx. Consulte conversão deste documento em nota eletrônica pelo site: [www.issnetonline.com.br](http://www.issnetonline.com.br)